



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.233-B, DE 2023 **(Do Sr. Marcos Tavares)**

Institui o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de PIX e código eletrônico QR, pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. NETO CARLETTO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 4.233/23, e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes (relator: DEP. LUIZ CARLOS HAULY).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
VIAÇÃO E TRANSPORTES;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Viação e Transportes:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023.
(Do Sr. Marcos Tavares)

Institui o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de PIX e código eletrônico QR, pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de PIX e código eletrônico QR, pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Art. 2º Para fins desta Lei considera-se PIX o modo de transferência monetária, instantâneo e de pagamento eletrônico instantâneo em real brasileiro, oferecido pelo Banco Central do Brasil a pessoas físicas e jurídicas, que funciona 24 horas, ininterruptamente.

Art. 3º O pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de PIX e código eletrônico QR inclui o transporte por ônibus, trem, metrô, balsa e outras modalidades de transporte público.

Parágrafo único. Deverão ser instalados avisos da possibilidade de pagamento por PIX e código eletrônico QR no interior dos veículos de transporte públicos e nos terminais.

Art. 4º O Poder Executivo estabelecerá a forma de compensação financeira necessária à execução desta Lei, além de parcerias com entidades públicas e privadas.

Apresentação: 30/08/2023 17:24:55.970 - MESA

PL n.4233/2023



* C D 2 3 3 7 4 5 7 5 4 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

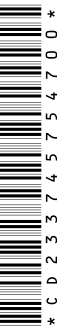
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de Agosto de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

Apresentação: 30/08/2023 17:24:55.970 - MESA

PL n.4233/2023



* C D 2 3 3 7 4 5 7 5 4 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

JUSTIFICATIVA

O pagamento por PIX é o meio mais utilizado na contemporaneidade, tendo em vista que o seu surgimento facilitou e muito a vida da população brasileira, por ser um meio rápido e gratuito de transferência bancária.

Ocorre que, apesar da utilização do PIX por grande parte dos brasileiros, tal meio de pagamento ainda não é aceito nos transportes públicos, o que acaba atrapalhando a vida da maioria dos usuários.

Não é razoável que as pessoas sejam obrigadas, na correria do dia a dia, a irem até caixas/bancos somente para sacar dinheiro e utilizá-lo no pagamento do transporte público, o que acaba atrasando e complicando a vida da população.

O PIX é um meio de pagamento seguro e ágil, bastando que o usuário mostre o comprovante de pagamento, sem agendamento, para confirmar a transação. Além disso, o PIX diminui a circulação de dinheiro, o que dificulta o cometimento de roubos e furtos e colabora com a segurança da coletividade.

Por todo o exposto, é necessário que seja instituído o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo nacional por meio de PIX, meio indispensável para facilitar a vida de toda a sociedade, entregando comodidade, segurança e agilidade no cotidiano.

Por essas razões, considerando a relevância do tema e a necessidade do Estado em se adequar aos avanços tecnológicos, contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação.

Sala das Sessões, 29 de Agosto de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 4.233, DE 2023

Institui o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de PIX e código eletrônico QR, pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.

Autor: Deputado MARCOS TAVARES

Relator: Deputado NETO CARLETTO

I - RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria do Deputado Marcos Tavares, institui o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de PIX e código eletrônico QR, pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil. De acordo com a proposta, esse meio de pagamento aplica-se ao transporte por ônibus, trem, metrô, balsa e outros modos de transporte público.

Relata o Autor que o “pagamento por PIX é o meio mais utilizado na contemporaneidade, tendo em vista que o seu surgimento facilitou e muito a vida da população brasileira, por ser um meio rápido e gratuito de transferência bancária”. Além da praticidade, argumenta que tal meio de pagamento “diminui a circulação de dinheiro, o que dificulta o cometimento de roubos e furtos e colabora com a segurança da coletividade”.

O projeto foi distribuído às Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), as últimas duas apenas para análise de adequação financeira ou orçamentária e de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, respectivamente, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A apreciação do projeto é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Nesta Comissão, não foi apresentada emenda.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR



O projeto em análise institui o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de Pix e código eletrônico QR, pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil.

De fato, foi enorme a contribuição trazida pelo Pix. Além de incentivar a eletronização do mercado de pagamentos, teve importância para a inclusão financeira de nossa população.

Ademais, como bem relatado pelo Autor da proposta, esse meio de pagamento contribui para a segurança pública, já que “diminui a circulação de dinheiro, o que dificulta o cometimento de roubos e furtos”.

Assim, não resta dúvida de que soluções de bilhetagem eletrônica, como a ora analisada, devem ser incorporadas em nosso sistema de transporte público coletivo, de modo a promover o bem-estar de seus usuários.

Apesar disso, devemos lembrar que os sistemas de transporte público coletivo de passageiros são regidos por legislações específicas, dentro da competência constitucional da cada membro da Federação - União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

É importante observar que essa competência constitucional deve estar claramente definida, evitando que um ente invada a competência de outro ente.

Essas competências estão definidas nos artigos 21 e 24 da Constituição Federal. Já as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais detalham as suas competências para respectivas esferas legais.

Nesse sentido, cabe a Administração Direta, em cada nível da federação, dentro de sua competência constitucional, organizar e prestar o respectivo serviço de transporte público coletivo visando atender os interesses do cidadão.

No caso do transporte coletivo urbano, essa competência constitucional é claramente observada na atribuição do Município, prevista no artigo 30 inciso V da CF, na qual o constituinte de 1988 estabeleceu que cabe a este ente federativo organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.587, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, onde foram estabelecidos os princípios e diretrizes para a regulação dos serviços de transporte público coletivo, bem como as atribuições dos entes federados afetos, respeitando a autonomia constitucional de cada um integrante do pacto federativo.

Observa-se que independente das atribuições a cargo do ente federativo responsável por um serviço de transporte público previstos na legislação citada,



é garantido a este regulamentar outros procedimentos inerentes e característicos do serviço público sob a sua responsabilidade, como o planejamento operacional das linhas, as características da frota de veículos a ser utilizada, os prazos para cumprimento de obrigações pelos operadores do serviço, bem como os procedimentos de pagamento da tarifa pelo usuário, que podem ser por bilhetagem/ arrecadação eletrônica, de modo a permitir o efetivo controle da receita arrecadada pelo poder público concedente.

Diante disso a presente proposta legislativa deve ser apreciada sob o prisma no atendimento as necessidades dos usuários do serviço, bem como sobre os procedimentos operacionais do serviço de transporte público estabelecidos por cada ente federativo competente.

A Lei nº 12.587, de 2012, traz no seu artigo 8º que a política tarifária do serviço de transporte público coletivo é orientada por algumas diretrizes, entre as quais, o **“incentivo à utilização de créditos eletrônicos tarifários”**.

Dessa forma, entendo que o dispositivo supra citado possa ser alterado visando atender a presente proposta legislativa, face similaridade com o mérito em discussão.

Para tanto, acredito que os entes federativos, responsáveis pelos seus serviços de transporte público coletivo, possam permitir o pagamento da tarifa por meios eletrônicos por aproximação, o que certamente englobaria todos os procedimentos de pagamento disponíveis à sociedade, englobando cartões eletrônicos smart card, aplicativos de celulares, leitura por QRCode e pagamento instantâneo por PIX.

Face o exposto, concordamos, portanto, com a meritória medida apresentada.

Sugerimos, no entanto, que sua incorporação no ordenamento jurídico federal seja realizada por meio da alteração da Lei nº 12.587, de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, mais especificamente no artigo 8º

Diante do exposto, no que cabe a esta Comissão analisar, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.233, de 2023, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em ___ de _____ de 2024.

Deputado NETO CARLETTO

Relator

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.233, DE 2023

Altera a Lei nº 12.587, de 2012, Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer a diretriz de incentivo ao pagamento da tarifa do transporte público coletivo com créditos eletrônicos por aproximação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer a diretriz de incentivo ao pagamento da tarifa do transporte público coletivo, com créditos eletrônicos por aproximação.

Art. 2º O inciso X do art. 8º da Lei nº 12.587, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 8º -
X - incentivo à utilização de créditos eletrônicos tarifários, **inclusive o pagamento da tarifa por aproximação.**”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em ___ de _____ de 2024.

Deputado NETO CARLETTO

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 4.233, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Viação e Transportes, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.233/2023, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Neto Carletto.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Gilberto Abramo - Presidente, Paulo Alexandre Barbosa, Luiz Fernando Faria e Guilherme Uchoa - Vice-Presidentes, Airton Faleiro, Antônia Lúcia, Bruno Ganem, Cristiane Lopes, Gutemberg Reis, Helena Lima, Hercílio Coelho Diniz, Luiz Carlos Busato, Mauricio Neves, Robério Monteiro, Rosana Valle, Rosângela Reis, Rubens Otoni, Zé Trovão, Afonso Hamm, Antonio Carlos Rodrigues, Bebeto, Cezinha de Madureira, Cobalchini, Daniel Trzeciak, Delegado Fabio Costa, Denise Pessôa, Hugo Leal, Jonas Donizette, Márcio Honaiser, Maurício Carvalho, Mauricio Marcon, Neto Carletto, Renilce Nicodemos, Ricardo Ayres e Rodrigo de Castro.

Sala da Comissão, em 4 de dezembro de 2024.

Deputado GILBERTO ABRAMO
Presidente

Apresentação: 05/12/2024 12:14:59.643 - CVT
PAR 1 CVT => PL 4233/2023

PAR n.1



* C D 2 4 3 6 6 2 7 5 1 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Apresentação: 05/12/2024 12:15:26.770 - CVT
SBT-A 1 CVT => PL 4233/2023

SBT-A n.1

PROJETO DE LEI Nº 4.233, DE 2023

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Altera a Lei nº 12.587, de 2012, Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer a diretriz de incentivo ao pagamento da tarifa do transporte público coletivo com créditos eletrônicos por aproximação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer a diretriz de incentivo ao pagamento da tarifa do transporte público coletivo, com créditos eletrônicos por aproximação.

Art. 2º O inciso X do art. 8º da Lei nº 12.587, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

8º.....

X - *incentivo à utilização de créditos eletrônicos tarifários, **inclusive o pagamento da tarifa por aproximação.***”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 04 de dezembro de 2024.

Deputado GILBERTO ABRAMO
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI Nº 4233 , DE 2023
(Do Sr. MARCOS TAVARES)

Institui o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de PIX e código eletrônico QR, pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências..

Autor: Deputado MARCOS TAVARES

Relator: Deputado LUIZ CARLOS HAULY

I – RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria do Deputado Marcos Tavares, “Institui o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de PIX e código eletrônico QR, pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências”.

Segundo o Autor que o “pagamento por PIX é o meio mais utilizado na contemporaneidade, tendo em vista que o seu surgimento facilitou e muito a vida da população brasileira, por ser um meio rápido e gratuito de transferência bancária”.

Além da praticidade, argumenta que tal meio de pagamento “diminui a circulação de dinheiro, o que dificulta o cometimento de roubos e furtos e colabora com a segurança da coletividade”.

O projeto foi distribuído às Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), as últimas duas apenas para análise de adequação financeira ou orçamentária e de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, respectivamente, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD)

Na CVT foi aprovado sob a forma de Substitutivo para que a alteração proposta seja feita com a sua incorporação no ordenamento federal por meio da alteração da Lei nº 12.587, de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, mais





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

especificamente no artigo 8º.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

O projeto em análise, de autoria do Deputado Marcos Tavares, institui o pagamento das passagens do sistema de transporte público coletivo por meio de PIX e código eletrônico QR, pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil. De acordo com a proposta, esse meio de pagamento aplica-se ao transporte por ônibus, trem, metrô, balsa e outros modos de transporte público.

Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo.

No caso em tela, a proposição se limita a autorizar a utilização de meios eletrônicos de pagamento – especificamente o PIX e o código QR – como formas de quitação de tarifas no sistema de transporte público coletivo.

Tal medida configura-se como uma regulamentação de meios de pagamento já existentes e em pleno funcionamento, sendo operacionalizados por instituições financeiras e prestadores de serviço de pagamento autorizados pelo Banco Central, sem qualquer ônus adicional ao erário.

Ademais, não há previsão de aportes de recursos, renúncia de receitas, subvenções econômicas, incentivos fiscais ou criação de novos programas ou políticas públicas que demandem dotação orçamentária específica. Também não se verifica a necessidade de estrutura administrativa adicional para sua implementação no âmbito da União.

Em face do exposto, voto pela não implicação financeira ou orçamentária em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei nº 4233, de 2023, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transportes.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.233, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 4233/2023, e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Merlong Solano - Presidente, Paulo Guedes e Vermelho - Vice-Presidentes, Adail Filho, Átila Lins, Da Vitoria, Emanuel Pinheiro Neto, Fábio Teruel, Fausto Jr., Fernando Monteiro, Florentino Neto, Hildo Rocha, José Airton Félix Cirilo, Júlio Cesar, Kim Kataguirí, Luiz Carlos Hauly, Marcelo Queiroz, Mário Negromonte Jr., Mauro Benevides Filho, Murilo Galdino, Rogério Correia, Sanderson, Alencar Santana, Capitão Alden, Cleber Verde, Gilson Daniel, Henderson Pinto, Jilmar Tatto, Josenildo, Juliana Cardoso, Laura Carneiro, Maria Rosas, Rodrigo da Zaeli, Sidney Leite, Socorro Neri e Zé Vitor.

Sala da Comissão, em 8 de abril de 2026.

Deputado MERLONG SOLANO
Presidente

